Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

SENTIDOS SOBRE O PASSADO E DISPUTAS SIMBÓLICAS NO PRESENTE: ANÁLISE DO TERMO "REGIME DITATORIAL MILITAR" NO PROTÓTIPO DE TESAURO PARA ESTUDOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL[1]

SENSES OF THE PAST AND SYMBOLIC DISPUTES IN THE PRESENT: ANALYSIS OF THE TERM "MILITARY DICTATORIAL REGIME" IN THE PROTOTYPE THESAURUS FOR TRANSITIONAL JUSTICE STUDIES IN BRAZIL

Pablo Gomes[2]
Maria Guiomar da Cunha Frota[3]

Resumo: : A linguagem também é espaço para o desenho de projetos de poder que se efetivam em disputas simbólicas nos tesauros. Portanto, coloca-se como desafio à Ciência da Informação a constante observação e análise crítica sobre esses instrumentos. São destacadas as disputas sobre a memória e verdade relativas ao passado de graves violações de Direitos Humanos para compreensão de como termos/conceitos podem discursar sobre esses projetos de poder. O objetivo dessa pesquisa é apresentar os resultados da experimentação de construção de um tesauro (protótipo) com a operacionalização da garantia cultural para compreensão de como os sentidos do passado em torno do termo Regime Ditatorial Militar se tornam disputas simbólicas no presente. Metodologicamente é uma pesquisa qualitativa. Os procedimentos de coleta de dados levam em consideração a adoção de um esquema que possibilita ressaltar as características e especificidades da Justiça de Transição, o grupo focal para discussão terminológica e a pesquisa documental para comparação com o Tesauro da Justiça Miliar da União. Os procedimentos de análise dos dados incluem a análise de conteúdo sobre os dados coletados e análise do discurso sobre o termo Regime Militar. Os resultados apresentam como o termo Regime Militar é disputado em torno das discussões sobre a Justiça de Transição e a necessidade de mediação terminológica do termo no protótipo do tesauro. As considerações finais confirmam que há uma disputa simbólica sobre o termo Regime Militar e a importância da garantia cultural para identificação de elementos de difícil compreensão sobre a Justiça de Transição.

---

[1] O presente artigo amplia e aprofunda versão anterior que foi submetida, avaliada, aprovada e apresentada no XXIV ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória (ES), no período de 4 a 8 de novembro de 2024.

[2] Doutor em Ciência da Informação. Instituto Federal do Maranhão / Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. E-mail: pablogomes.pg@gmail.com. ORCID 0000-0001-8138-9369.

[3] Doutora em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: frotaguiomar63@gmail.com. ORCID 0000-0002-5323-1879.

Palavras-Chave: Organização Social do Conhecimento. Disputa simbólica. Memória. Verdade. Regime Ditatorial Militar.

Abstract: *Language is also a space for designing power projects that materialize through symbolic disputes in thesauri. Therefore, a constant challenge for Information Science is the continuous observation and critical analysis of these instruments. The study highlights the disputes over memory and truth related to a past of severe human rights violations to understand how terms and concepts can articulate these power projects. The objective of this research is to present the results of the experimental construction of a thesaurus (prototype), implementing cultural guarantee to comprehend how the meanings of the past, particularly concerning the term Military Dictatorial Regime, become symbolic disputes in the present. Methodologically, this is a qualitative research. The data collection procedures consider the adoption of a scheme that highlights the characteristics and specificities of Transitional Justice, the use of focus groups for terminological discussion, and documentary research for comparison with the Thesaurus of the Military Justice of the Union. The data analysis procedures include content analysis of the collected data and discourse analysis regarding the term Military Regime. The results show how the term Military Regime is disputed within the discussions on Transitional Justice, emphasizing the need for terminological mediation in the thesaurus prototype. The final considerations confirm that there is a symbolic dispute over the term Military Regime and highlight the importance of cultural guarantee in identifying elements that are difficult to understand in the context of Transitional Justice.*

Keywords: *Social Organization of Knowledge. Symbolic Dispute. Memory. Truth. Military Dictatorial Regime.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe apresentar os resultados da experimentação de construção de um tesauro (protótipo) com a operacionalização da garantia cultural, proposta por Beghtol (1986), a partir da qual verificamos como os sentidos do passado em torno do termo "Regime Ditatorial Militar" se tornam disputas simbólicas no presente em tesauros. A autora, Beghtol (1986), faz a apreensão do uso de técnicas de pesquisa das ciências sociais para investigar a garantia cultural. Contudo, utilizamos essas técnicas para construção do tesauro em seus procedimentos terminológicos para ressaltar os aspectos sociais,

culturais e políticos da Justiça de Transição (JT), área de interesse da pesquisa.

A definição da garantia cultural para construção de um tesauro para JT se deu por entendermos que há uma complexidade social, cultural e política que envolve essa área e que impossibilitaria a sua compreensão a partir de uma perspectiva exclusivamente pragmática na validação de termos/conceitos.

Partimos do pressuposto que as disputas simbólicas sobre o passado de graves violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985), reverberam seus sentidos nos processos terminológicos de construção de tesauros. Neste sentido, colocamos centralidade na análise do termo "Regime Ditatorial Militar".

Dessa forma, questionamos quais sentidos do passado reverberam no protótipo do Tesauro para Estudos da Justiça de Transição no Brasil e que configuram parte das disputas simbólicas em relação à memória da ditadura militar? Para tanto, o objetivo está em compreender como a operacionalização da garantia cultural para construção de um tesauro para Justiça de Transição permitiu ressaltar no protótipo do Tesauro um sentido sobre o passado em relação à verdade histórica sobre ele.

A metodologia adotada articulou a garantia cultural, a partir de grupos focais de discussão dos termos regime militar e regime ditatorial militar e a garantia literária, a partir de tesauros.

2 CONSTRUÇÃO DE TESAUROS EM CONTEXTOS DE COMPLEXIDADE CULTURAL, SOCIAL E POLÍTICA

Estudos e pesquisas recentes em Organização do Conhecimento apresentam uma mudança de perspectiva ao reconhecerem o papel social que os Sistemas de Organização do conhecimento (SOC) desempenham no exercício de

um poder que nem sempre é visível, mas que provoca alterações sobre a realidade. Arboit (apud Guimarães, 2017, p. 90) afirma que houve nesse campo

> Uma gradativa migração de uma perspectiva mais técnica, idealista e cognitiva de conhecimento, pautada principalmente nas ideias de Dahlberg e Ranganhatan para uma orientação de cunho mais social, por meio de enfoques genealógicos, pragmáticos, culturais e éticos, a partir de autores como Hjorland, Frohmann e Olson, entre outros.

Ressaltamos a emergência dos estudos teóricos que buscam compreensão da realidade sociacultural e suas mudanças para a representação em SOCs, como Emanuele Tesauro (*apud* Saldanha; Souza, 2017), Antonio L. García Gutiérrez (2006; 2015) e Solange Puntel Mostafa (2013). A perspectiva delineada nesses estudos envolve o reconhecimento das dinâmicas socioculturais e afastamento de uma compreensão de função exclusivamente técnica dos tesauros, e outros SOCs, ampliando-a para importância do reconhecimento da função social que esses sistemas desempenham não somente para o tratamento e recuperação da informação, que já representa um grande esforço à Ciência da Informação na contemporaneidade, mas também para a disseminação e uso da informação. Os estudos de Organização do Conhecimento passam então a refletir que os SOCs exercem outras funções e papeis, como a social, a cultural e a ética.

Gomes e Frota (2023), recorrendo à teoria de Foucault (2015), consideram os tesauros como dispositivos de dominação sobre a informação e o conhecimento. Para os autores, "[...] essa constituição em dispositivo é influenciada pela rede heterogênea que alimenta o tesauro com as demandas dominantes para que elas se perpetuem também através da linguagem" (Gomes; Frota, 2023, p. 5).

Essa elaboração feita por Gomes e Frota (2023) alinha-se as pesquisas atuais sobre a organização da informação e do conhecimento (Adler, 2017; Fox, 2016; Mai, 2016; Miranda; Costa, 2019; Trivelato, 2022) que estão apontando como os SOCs conseguem capturar pautas dominantes para fazer a manutenção do status quo de grupos hegemônicos, como em relação às pautas relacionadas à raça, gênero, sexualidade, classe e outros.

Essa dominação do status quo hegemônico, dentro de uma pauta que envolve o passado de graves violações de direitos humanos, pode ser vista também por um dos casos analisados pelos autores (Gomes; Frota, 2023) quanto ao Tesauro da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Esse tesauro apresenta o termo "revolução de 1964". Na análise os autores apresentam como há uma alteração da verdade reconhecida pelo Estado brasileiro sobre a ditadura militar (1964-1985), que entende que não houve uma revolução, mas sim um golpe de Estado. Essa forma de se referir a elementos históricos sobre a ditadura tentam silenciar ou mesmo apagar a verdade sobre as graves violações de direitos humanos.

Os tesauros são instrumentos de Organização da Informação amplamente utilizados por profissionais, como bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros. Durante muito tempo esses instrumentos foram conhecidos por serem facilitadores da representação e recuperação da informação. Contudo, os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação proporcionaram uma maior interação cultural ao nível mundial numa velocidade inimaginável a sessenta anos atrás, e os tesauros não conseguiram acompanhar a expectativa de indexação de informações que abrangessem uma diversidade cultural a nível global.

A construção de tesauros é uma atividade longeva e com ampla base teórica e prática na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Contudo, concordamos com Moura (2018, p. 125) ao apontar que

> [...] o caráter positivista de validação das fontes que constituem as garantias necessárias à inserção de um conceito/termo em um SOC e a rigidez dos métodos para a sua composição podem levar a expressividades contingentes e tornar rarefeitas as evidências sociais de certos eixos temáticos.

Esse caráter positivista apontado pela autora engloba pelo menos duas instâncias da construção dos tesauros: a primeira seria a escolha dos métodos e a segunda seria a escolha das garantias de validação de termos/conceitos para compor o tesauro. Essas duas instâncias estão diretamente atreladas aos modelos, manuais, diretrizes e/ou normas de construção que também correspondem a uma lógica positivista, como é o caso do Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesauros (Cervantes, 2009), do Manual de elaboração de tesauros monolíngües (Gomes, 1990), Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües (Austin; Dale, 1993) e ANSI/NISO Z39.19-2005: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies (NISO, 2005).

Como forma de subverter essa lógica positivista Gomes e Frota (2019) propõem um esquema de construção de tesauros que delineado em quatro elementos: i) pessoas; ii) materiais; iii) métodos; e iv) processos. Não há etapas e subetapas bem definidas e delimitadas. A proposta dos autores é que os profissionais elaboradores de tesauros estabeleçam os quatro elementos a partir das características da área de interesse do tesauro, saindo da lógica de encaixar a área dentro do modelo. Assim, depois de compreendida a área em suas

características e especificidades é que, dentro dos quatro elementos, são elaboradas as especificações, etapas e subetapas.

Esse esquema para elaboração de tesauros foi aplicado por Gomes (2023) em sua tese, na qual fez experimentações com a utilização da garantia cultural para validação de termos/conceito no tesauro sobre JT, em busca de incorporação da complexidade social, cultural e política da área, pela voz dos atores chaves que criaram e criam diariamente a terminologia da área.

De acordo com Beghtol (1986, p. 121), idealizadora da garantia cultural:

> [...] garantias culturais influenciam a operacionalização racional subjacente sobre o qual os sistemas de classificação dependem de significado e utilidade. Para investigar a garantia cultural além do nível intuitivo ou observacional, as técnicas e os resultados de campos como sociologia, sociologia do conhecimento e antropologia social/cultural deveriam ser aplicados ao estudo dos sistemas de classificação bibliográfica.

Na aplicação e experimentações com o esquema (Gomes; Frota, 2019) elaboradas por Gomes (2023), a garantia cultural foi fundamental para, ao dar centralidade nos atores chave da transição democrática, ressaltar as características e especificidades sociais, culturais e, principalmente, políticas envolvidas na área e que são expressas através da linguagem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, visto que busca no empírico um aprofundamento no entendimento e no significado que a terminologia tem para a JT e como, ao considerar a complexidade social, cultural e política da área, pode, dentro do processo de construção de tesauros, reverberar sentidos do

passado de graves violações de direitos humanos e elaborar disputas no presente.

O grupo focal foi selecionado como técnica de coleta de dados. De acordo com Minayo (2008, p. 269), o grupo focal "constitui num tipo de entrevista ou conversas em grupos pequenos e homogêneos". Levamos em consideração para esta pesquisa um encontro do grupo focal no qual foram postas questões diretas sobre termos/conceitos específicos.

No processo de elaboração do protótipo do Tesauro para Estudos da Justiça de Transição no Brasil, para o primeiro elemento elaborado por Gomes e Frota (2019), pessoas, foram identificados os atores chave que ajudaram e ajudam na constituição da linguagem especializada da JT, sendo eles, especialistas, vítimas diretas da ditadura de 1964, parentes de vítima, representantes de movimentos sociais da transição, profissionais de instituições de memória, de verdade e de justiça e profissionais da área cultural. Também compuseram este elemento profissionais da informação com experiência na organização da informação e/ou do conhecimento em uma perspectiva social.

Os materiais, segundo elemento, foram compostos por indicação das pessoas que compuseram a equipe de elaboração do tesauro. Os principais materiais indicados foram: fontes de coleta terminológica, materiais de um contexto científico (tese, artigo científico, livro e capítulos de livro), materiais de um contexto acadêmico como (livros), materiais de um contexto social e cultural (documentário, página da internet, vídeos, tesauro e coleção de cordéis sobre a ditadura no Brasil).

Os métodos, terceiro elemento, temos o grupo focal que foi utilizado como instrumento de coleta terminológica e como instrumento de tomada de decisão

coletiva entre os que compuseram a equipe de construção. Foram realizados dois encontros do grupo focal, o primeiro constituído por questões abrangentes sobre a Ditadura Militar Brasileira e JT e o segundo encontro com questões diretivas para debater termos/conceitos específicos e a tomada de decisão.

E o processo de construção, último elemento do modelo, precisou ser o mais aberto possível para permitir movimentações durante a construção e não ocasionar engessamentos que não permitissem ressaltar o caráter social, cultural e político agenciado na linguagem especializada da JT (Gomes, 2023).

De forma acessória, ratificando ou fundamentando com exemplos práticos os dados do grupo focal, tivemos a pesquisa documental, que compreende a coleta de dados baseada em materiais que não passaram por um tratamento analítico, são em sua maioria fontes de informação primárias (Prodanov; Freitas, 2013). Como fontes primárias utilizamos o protótipo do Tesauro para Estudos da Justiça de Transição no Brasil e o Tesauro da Justiça Miliar da União (TesJMU).

A análise dos dados foi feita com uso da análise de conteúdo. Para Laville e Dionne (1999) a análise de conteúdo "[...] consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo, esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação" (Laville; Dionne, 1999, p. 214). Dessa forma, os dados, conteúdo, do grupo focal foram: i) recortados; ii) agrupados em categorias de análise; iii) refinados e selecionadas as categorias de análise mais relevantes; e iv) análise.

Nesse sentido, selecionamos o termo "regime ditatorial militar", discutido no grupo focal e com relevante interesse para a análise e resposta à pergunta-problema que orientou essa pesquisa. Dessa forma, o termo foi encaminhado à análise do discurso.

Para a análise do discurso sobre o termo "regime ditatorial militar", presente no protótipo de Tesauro para Estudos da Justiça de Transição no Brasil, usamos a análise do discurso na ótica de Foucault (1987). De acordo com o autor (Foucault, 1987, p. 124), o discurso é "[...] conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação [...]". Portanto, e seguindo entendimentos do autor sobre o discurso, elaboramos uma compreensão dos enunciados que se manifestam sem necessariamente isolá-los de outros elementos, mas definindo

> as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de - sozinha - formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível (Foucault, 1987, p. 125).

Para conduzir o trabalho arqueológico, usamos os três elementos apontados por Foucault (1987) no livro A arqueologia do saber, para compreender a formação terminológica: i) superfícies de emergência (que mostram ou determinam as circunstâncias de surgimento do termo/conceito); ii) instâncias de delimitação (que tratam dos cercamentos, delimitações do termo em relação ao seu conceito); e iii) grades de especificação (que compreende as relações de associação e hierarquização deum termo/conceito com outros).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisaremos, nessa seção os resultados em relação ao termo "regime ditatorial militar", decorrente da coleta dos materiais terminológicos e da

discussão no grupo focal. Sobre esse termo apresentamos e analisamos o embate de ideias de dois participantes, com seus pertencimentos.

No segundo encontro do grupo focal a intenção foi discutir diretamente alguns termos específicos para compreender melhor algumas visões dos grupos de pertencimento e também para que, em conjunto, chegássemos a um consenso sobre a forma mais adequada de apresentação de um termo. Diferentemente do primeiro encontro, em que não ocorreram dissensos, no segundo encontro houve um momento em que foi necessário discutir de forma mais complexa a forma de apresentação do termo "regime militar".

No início da discussão sobre o termo "regime militar", NS7, que compõe o grupo de pertencimento de movimentos sociais, apresenta uma ressalva com a forma de apresentação do termo:

> *De cara, uma coisa eu posso dizer, assim, para o grupo de familiares, enfim, pessoas que foram afetadas nessa época, não se usa regime. A gente rechaça absolutamente esse termo. O termo governo nem havia parado para pensar, não, mas, a princípio, talvez fosse melhor só usar ditadura [risos] mesmo. Ditadura talvez já implique, já pressupõe que há uma forma, por mais errada que seja, uma forma de governo, porque — não sei, eu estou pensando aqui, por alto — governo, talvez, implique toda uma terminologia, digamos, técnica, para você descrever um regime. Aí sim: descreve um regime de... um regime nacional, não sei, enfim, em todo caso, regime não se usa, porque é uma das formas que até hoje eles utilizam, igual à Revolução de 64, eles utilizam regime militar para dar uma atenuada no que aconteceu. Tanto é que o Zezé di Camargo falou aí, alguns anos atrás... utilizou isso, justamente. Ele utilizou essa atenuação, dizendo que foi um regime militar nesse sentido. Na cabeça dele, era — ele tentando dizer lá para a Leda Nagle — era um "Estado militarizado". Aí ele usa um treco assim, para dizer que não era uma ditadura. Então, talvez sejam antônimos.*

Ao passo que NS1, pertencente ao grupo de especialistas, como deixa claro no início da sua fala, apresenta uma posição que, sem discordar, ajuda a encontrar um possível caminho na forma de apresentação do termo:

> Eu acho que o problema é não ter a menção da ditadura. Porque você pode falar... Eu não sei, porque acho que você vai ter que voltar para meio definição de Direito mesmo, do Direito, mas eu compreendo um regime ditatorial, isso é muito utilizado nos estudos de Justiça de Transição. Regime repressivo. Eu acho que você pode usar regime ditatorial. O problema é você usar o regime militar. Então, assim, eu acho que é o não ter a ditadura, é um governo ditatorial. É uma forma de governo, é uma ditadura. É uma forma de governar, não é? Um governo? [...]
>
> Então, eu acho que o problema é quando a gente deixa fora o ditatorial. O regime militar, governo militar, o governo dita... eu acho que a ditadura tem que ser a centralidade porque acho que isso que vai trazer todo o... enfim, lá do golpe ou revolução foi ditadura. Então, acho que isso já apazigua todos os lados.

Após a segunda parte da fala de NS1, de forma não verbal, NS7 concorda que ao dar centralidade ao ditatorial nos termos, se alcançariam as reivindicações dos grupos de familiares de não tentar atenuar o que foi a ditadura ao usar o termo "regime militar", mas passar a adotar o termo "regime ditatorial militar".

A discussão que ocorreu com o termo "regime militar" é relevante para ao dar voz a grupos de pertencimento que ficariam invisibilizados se, no processo de construção de tesauros, só se usasse as garantias literária e filosófica, chegando, assim, a uma literatura acadêmico-científica. Essa invisibilização, que poderia ter ocorrido na construção deste tesauro, foi anunciada por Gomes e Frota (2019), que apontavam a importância de publicizar a voz de determinados grupos, inclusive aqueles socialmente minorizados.

Se tivéssemos recorrido unicamente aos materiais terminológicos, como comumente fazem os modelos de construção de tesauros e às garantias filosófica e literária, o termo "regime militar" seria elaborado como termo preferencial para indexação de documentos. Um dos materiais terminológicos utilizados na construção do protótipo do Tesauro para Estudos da Justiça de Transição no Brasil, que corresponde a essa associação de garantia, e que foi utilizado na pesquisa foi o livro *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, do autor Rodrigo Patto Sá Motta.

O que se coloca como relevante para discussão entre os termos "regime militar" ou "regime ditatorial militar" é a contextualização desse termo em relação ao passado e ao presente e o papel político que a escolha do termo carrega para o tesauro. Retomando a fala de NS7, que em sua elaboração sobre o termo "regime militar", aponta uma tentativa de invisibilização do que realmente estava posto dentro daquele regime político, o autoritarismo, corrosão da democracia e as graves violações de direitos humanos. Esse termo e sua discussão no grupo focal demonstram como um tesauro pode representar, apresentar, os sentidos sobre o passado, nesse caso sobre a ditadura e JT, e como ele gera uma disputa no presente em dar um novo sentido, criar uma nova narrativa.

Entendendo que os tesauros são discursivos, ou seja, possuem a capacidade de elaborar ou compor um discurso sobre algo a partir de seus enunciados, apresentaremos a seguir a análise sobre o discurso proposta para o termo "regime ditatorial militar".

Superfícies de emergência

Quando tratamos sobre a ditadura, o termo "regime militar" é recorrente, nesse momento, sem o qualificador "ditatorial". Trata-se do regime político instaurado no Brasil entre 1964 a 1985. O qualificador "ditatorial" se apresenta enquanto uma caracterização do regime militar que se instaurou a partir do autoritarismo e das diversas violações de direitos humanos.

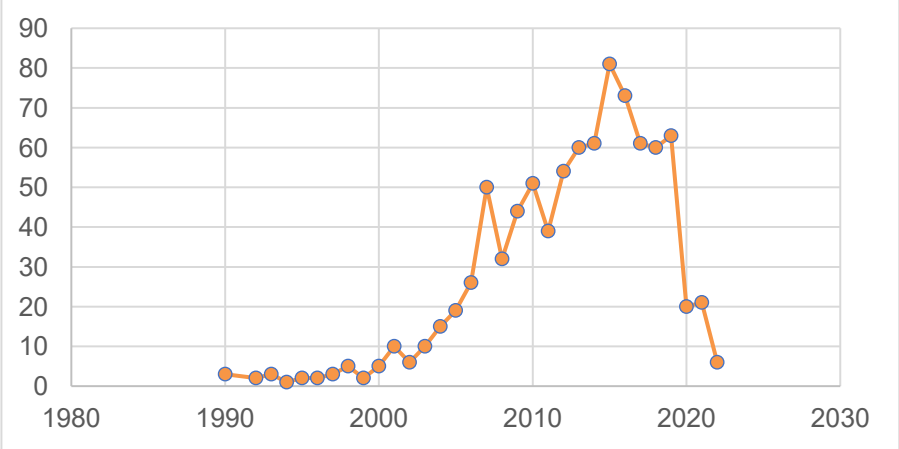
A ocupação do executivo pelos militares ou com papel estratégico para tomada de decisão pelos militares é possível de ser observada pelo aparato repressor que se estruturou dentro do Governo Federal. Mesmo sem necessariamente constar que os cargos eram ocupados por militares, o governo conseguiu construir em sua estrutura os meios de vigilância e controle, como as Divisões de Segurança e Informações e as Assessoria de Segurança e Informações, que serviam diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas e à Presidência da República.

Com o fim da ditadura e início do período de redemocratização, foi possível que as análises políticas sobre o período pudessem classificá-lo como um regime militar. Em algumas leis centrais na transição e não só no estudo da transição no Brasil como: a Lei de criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Lei de criação da Comissão de Anistia, a Lei de Criação da Comissão Nacional da Verdade não consta o termo "regime militar".

Contudo, o termo já permeava as discussões sobre a ditadura militar, no meio acadêmico-científico. Em busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o termo "regime militar", tal como aparece, entre aspas, resultou em três documentos com a data de 1990, as mais antigas. Uma análise sobre a quantidade de publicações mostra como é crescente, pós-ditadura, a

utilização do termo dentro do ambiente acadêmico-científico, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Uso do termo "Regime Militar" na produção acadêmico-científica



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Analisando o gráfico da Figura 1 com o recorte político, podemos observar que há uma dinâmica no uso do termo que o relaciona com governos mais democráticos e de com adoção de medidas de transição. Vê-se pelo gráfico que há uma ascensão na quantidade de publicações ainda no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República. No governo de Dilma Vana Rousseff, chega-se ao auge da quantidade de publicações que fazem uso do termo "regime militar", em 2015.

Após o impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff, em 2016, ocorre um declínio nas publicações de teses e dissertações e no governo de Jair Messias Bolsonaro, que fez uso de discursos de glorificação da ditadura e de torturadores, bem como de pautas antidemocráticas, ocorreu um declínio vertiginoso na utilização do termo "regime militar", chegando a seis publicações em 2022.

Lembramos que a análise do uso do termo "regime militar" precisa levar em consideração o tempo de desenvolvimento de pesquisa de mestrado (dissertação), dois anos, e de doutorado (tese), quatro anos. Dessa forma, uma dissertação ou uma tese publicada em 1990, data mais antiga de publicação, pode ter iniciado dois ou quatro anos antes. Também esclarecemos os limites da base de dados na compilação da produção científica, publicações mais antigas que 1990 podem não aparecer na BDTD, mas constar na biblioteca das universidades.

Instâncias de delimitação

Voltando-nos à nota de escopo de "regime ditatorial militar" presente no protótipo do tesauro de JT, em que temos o conceito adotado para representar o contexto social e político agenciado nas disputas sobre o passado.

Figura 2 – Uso do termo "Regime Militar" na produção acadêmico-científica

Regime Ditatorial Militar

Nota de escopo

O regime ditatorial militar se refere ao regime político instaurado no Brasil entre 1964 e 1985 em que as instituições de regulação e controle do poder foram aparelhadas por militares, forças armadas. O termo traz visibilidade ao autoritarismo instaurado e as diversas violações de Direitos Humanos que ocorreram no período ao incluir "ditatorial" para qualificar o termo. Assim, não atenuando a forma como realmente se deu o regime. (conceito elaborado a partir das falas ocorridas no grupo focal)

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Esse conceito nos aponta, para além de definir o que é um regime militar, regime político no qual as instituições de regulação e de controle do poder são aparelhadas por militares, que o regime militar no caso brasileiro se caracteriza como um período de autoritarismo e de violações aos Direitos Humanos. Essa

caracterização se torna presente e explícita, como consta, no uso do qualificador "ditatorial" no termo.

As discussões no grupo focal, mais especificamente, no segundo encontro, chegaram a elaborar como melhor ficaria descrito o regime militar brasileiro. Como apresentado anteriormente, NS7 nos informa o posicionamento do grupo de movimentos sociais (mais precisamente, os de familiares) que, em suas palavras, "rechaça absolutamente esse termo". A preocupação com o uso do termo, como repetiremos a seguir, está na atenuação do que foi a ditadura ao usar o termo "regime militar", como feito pelo cantor Zezé di Camargo e apontado por NS7 em sua fala.

Corrobora com a inquietação de NS7, o termo "regime militar" – como uma atenuação, camuflagem, do que realmente foi a ditadura – o fato de que os militares sempre tentaram desviar das inglórias imagens de seu passado de autoritarismo, mas inclui como termo/conceito no TesJMU o termo "regime militar":

Figura 3 – Termo "regime militar" no TesJMU

Fonte: Tesauro da Justiça Miliar da União (Brasil, [20--], sem n. de p.).

Em pesquisa no TesJMU, o termo "ditadura" não aparece, nem mesmo em associação ao termo "governo militar", por outro lado, o termo "terrorismo" está

devidamente descrito. Convenientemente, era a forma como os militares se referiam à atuação da resistência às ações autoritárias e às violações perpetradas pelo Estado. Percebe-se, então, que há um sentido do passado sendo trabalhado, estruturado, organizado, no presente. Esse fato também pode ser visto em relação ao termo "revolução de 1964", apresentado por Gomes e Frota (2023).

Essa preocupação de NS7 pode se referir também ao recorte político em que participou do grupo focal. Os encontros ocorreram no último ano de governo de Jair Messias Bolsonaro, que em diversas oportunidades enalteceu a ditadura e utilizou recursos no discurso público que colocava a ditadura como um período de muito desenvolvimento, de segurança e de adesão a pautas conservadoras. Como ocorreu no discurso do cantor Zezé di Camargo ao tentar apaziguar o que foi a ditadura militar utilizando-se do termo "regime militar".

Ao assinalar esse ponto de vista, NS1 tenta mediar a melhor forma de apresentar o termo para que não se atenue o que está conotado dentro do enquadramento da ditadura militar, como fez em sua fala, já apresentada, em que indica dar centralidade ao qualificador "ditadura" e ele ser um contextualizador do regime político do Brasil à época.

Com a adoção do termo dando centralidade à qualificação dentro do contexto ditatorial, vemos que o mesmo circunscreve seu uso sem que haja a atenuação do autoritarismo e das violações de direitos humanos, que agora estão presentes na forma de apresentação do termo. Assim, o termo traz à luz uma verdade que poderia ser encoberta na utilização sem um compromisso ético.

Grades de especificação

Os termos "regime militar" e "regime ditatorial militar" apesar de parecerem como sinônimos, fazem demarcações de contextos políticos, como ficou demonstrado nas instâncias de delimitação. A principal diferença, especificação do contexto ditatorial do regime, ficou demarcada também nos relacionamentos, Figura 4:

Figura 4 – Termo "regime militar" no TesJMU

Fonte: Tesauro da Justiça Miliar da União (Brasil, [20--], sem n. de p.).

Os termos relacionados nos mostram a contextualização do termo, tanto com a ditadura militar quanto com a JT. Termos como "aparato repressor", "autoritarismo", "forças armadas", "golpe militar (1964)", "governo ditatorial militar", "intervenção militar", "militarização do estado", "passado autoritário", "universidade" e "violação de direitos humanos" fazem ligações do conceito de regime ditatorial militar com a ditadura. Já o termo "depuração", que contextualiza com a JT, trata da retirada de agentes do governo ditatorial militar dos cargos que ocupavam a serviço do regime ditatorial militar.

O termo "ditadura militar (1964)" aparece como termo genérico para "regime ditatorial militar", pois, ao tentar trazer a centralidade da ditadura ao termo "regime militar", usou-se da subordinação do termo "regime ditatorial militar" diretamente com "ditadura militar (1964)" e "regime político".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta-problema que encaminhou essa pesquisa questionava sobre quais sentidos do passado reverberam no protótipo do Tesauro para Estudos da Justiça de Transição no Brasil e que configuram parte das disputas simbólicas em relação à memória da ditadura militar?

Os postulados teóricos de Beghtol (1986) sobre a garantia cultural e a hospitalidade cultural; os apontamentos críticos aos princípios positivistas na validação de fontes para Organização do Conhecimento, feitos por Moura (2018); a proposta de abandono dos modelos tradicionais de construção de tesauros por Gomes e Frota (2019); e o conceito de dispositivo, elaborado por Foucault (2015), foram fundamentais para sustentar a proposta de construção do tesauro para JT respeitando e ressaltando seus aspectos sociais, culturais e políticos expressos através da linguagem.

Para uma área com tantas disputas no campo social, cultural e político, como a JT, pensar o processo de construção do tesauro a partir das características e especificidades da área, ao invés de adotar modelos fechados (positivistas), resultou em uma representação da JT que buscou, além da verdade, um respeito às diferenças culturais, sociais e políticas dos segmentos que a constituem.

O termo analisado "regime ditatorial militar" ajudou a compreender como os sentidos elaborados sobre o passado da ditadura militar se tornam disputas simbólicas nos tesauros. Esse termo foi elaborado a partir da complexificação e da discussão coletiva que ocorreu sobre ele durante a pesquisa. Se optado somente pela recorrência desse termo na literatura científico-acadêmica, não perceberíamos demandas de movimentos sociais sobre a linguagem. Contudo, por uma discussão ampliada com os atores da transição, no segundo encontro do grupo focal, um participante apresentou uma visão de silenciamento, apagamento, que o termo, "regime militar", traz ao contexto real do que foi a ditadura militar com suas diversas violações de direitos humanos.

Por fim, podemos responder à pergunta que encaminhou essa pesquisa: há sentidos sobre o passado da ditadura militar que são divergentes e esses sentidos são elaborados a partir de convicções, pontos de vistas, ideologias e mesmo sobre um trabalho histórico sobre a memória e a verdade da ditadura. Alguns tesauros, como o protótipo de Tesauro para Estudos da JT, refletem as disputas buscando sentido em trabalhos históricos, já outros tesauros, como o caso do TesJMU e Tesauro da Enap, encontram sentido somente em convicções, pontos de vistas e ideologias.

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. **Cruising the library**: perversities in the Organization of Knowledge. New York: Fordhan University Press, 2017.

AUSTIN, Derek.; DALE, Peter. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües**. Brasília: Ibict/SENAI, 1993.

BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Tesauro da Justiça Miliar da União**. Brasília: STM, [20--]. Disponível em: https://tesjmu.stm.jus.br/portalthes/. Acesso em: 20 jan. 2023.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesauros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOX, Melodie J. "Priorities of arrangement" or a "hierarchy of oppressions?": perspectives on intersectionality in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 43, n. 5, p. 373-383, 2016.

GOMES, Hagar Espanha. **Manual de elaboração de tesauros monolíngües**. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990.

GOMES, Pablo. **A construção de tesauros em contextos de complexidade cultural, social e política**: uma proposta para Justiça de Transição. 2023. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação.) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha Frota. Dispositivos para uma guerra cultural: tesauros como instrumentos de dominação sobre a informação e o conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. e6643, 2023.

GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha Frota. Knowledge Organization from a social perspective: Thesauri and the commitment to cultural diversity. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 46, p. 639-646, 2019.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização do Conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017.

GARCIA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 103-112, 2006.

GARCIA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la oc como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**: Research Trends, v.8, n. 1/2, p. 1-19, 2014.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MAI, Jens-Erik. Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias in classification. **Knowledge Organization**, [S. l.], n. 43. p. 324-330, 2016.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; COSTA, Deniz. A organização do conhecimento sobre Umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos. *In*: BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B. (org.). **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Ed. da UFPA, 2019. p. 419-31.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Filosofia da diferença e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-paper, 2013.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (NISO). **ANSI/NISO Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALDANHA, Gustavo Silva; SOUZA, Rosali Fernandez de. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesauro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 11, 2017.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

tpbci@ancib.org @anciboficial